

# PDS teme perder identidade

por Helena Daltro  
de Brasília

Com dificuldade começa a dar os primeiros passos a idéia de um pacto de união nacional que objetivaria ampliar a sustentação política do governo José Sarney. Há remotas possibilidades de o PDS vir a participar diretamente de cargos no primeiro escalão do governo mas, ao mesmo tempo, o partido teme perder a identidade oposicionista diante da Aliança Democrática, e encontra resistências de acolhimento no governo por parte do PMDB e da Frente Liberal, que preferem deixar intactos a composição e o projeto políticos legados por Tancredo Neves.

Fora do governo, o PDS, com 145 deputados e 26 senadores, ganhará, no entanto, força no Congresso. O deputado Roberto Freire (PMDB-PE), representante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), aconselha ampla negociação do Executivo com as lideranças partidárias, pois "o PDS, se quiser, inviabiliza qualquer reforma constitucional", que necessita da aprovação de dois terços dos parlamentares nas duas Casas.

O ministro da Desburocratização, Paulo Lustosa, acha improvável o ingresso do PDS no governo, justamente por ser um partido de oposição à Aliança Democrática. Como ele, pensa o deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), que disse ao editor Walter Marques, deste jornal: "Não estamos interessados em participar do governo, mas manter apoio à Constituição. União nacional deve ser um acordo amplo e não uma adesão aqui, outra acolá".

Existe, no entanto, segundo Paulo Lustosa, um acordo tácito entre o governo e as oposições, para manter a estabilidade do regime. Esse apoio ao governo Sarney não implica unanimidade em torno de suas propostas, mas, ao contrário, uma oposição cerrada em torno da ação do governo, conforme o líder do PDS, deputado Prisco Viana.

O pacto de união nacional passa, necessariamente, por acordos amplos no Congresso, onde Sarney não te-

rá apoio suficiente para vetar medidas inconvenientes ao seu governo senão através da coalizão do PMDB com o PFL. A formação de um partido de centro, que reuniria integrantes do PP, a ala moderada do PMDB, os liberais do PDS e o PFL, após a Constituinte de 1986, era um projeto idealizado por Tancredo Neves, lembra o deputado Jayme Santana (PFL-MA). Não se sabe se Sarney vislumbra esse projeto, mas, se esse é seu objetivo, será necessário iniciar no Congresso articulações que viabilizem o novo partido.

Todos aguardam os rumos que tomará o governo Sarney. O deputado Nelson Marchezan disse que acredita num diálogo com o governo e invoca sua amizade pessoal com Sarney. Roberto Freire e o deputado Márcio Santilli (PDMS-SP) acreditam que, num primeiro momento, o presidente terá uma ação progressista no sentido de manter firmes os compromissos da Aliança Democrática.

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, acredita que, no final das contas, "tudo dará certo" e o deputado Israel Pinheiro Filho (PFL-MG) quer manter acesa a chama do extinto PSD em Minas. "Com a morte de Tancredo Neves", disse o deputado, "tudo muda em Minas, mas fica viva uma parte do PSD representada por Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek."

A Aliança Democrática enfrentará seus maiores problemas na Câmara e não no Senado, conforme o deputado Saulo Queiroz (PFL-MS), por que é lá que existe uma composição política mais fluante. No Senado, as posições são bem definidas e monolíticas, analisa ele, e a Aliança Democrática, embora não detenha dois terços da Casa, possui 42 senadores, o que representa 60% do total.

Os deputados vão estar voltados para as eleições de 1986, mas a eles não interessa a ocorrência de abalos ou o enfraquecimento da Aliança Democrática.